



## CAPÍTULO 11

# FORMAÇÃO CIDADÃ NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE A DISCIPLINA “CIDADANIA, SOCIODIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL” COMO PRÁTICA CURRICULAR COMUM NA UNIVERSIDADE DE VASSOURAS-RJ

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5321825300611>

**Adriano Pereira Basilo de Oliveira**

Assistente Social, Mestre em Política Social e Doutor em Serviço Social, professor e coordenador acadêmico na Univassouras

**Diego Augusto Rivas dos Santos**

Assistente Social, mestre em Serviço Social, professor de graduação na Unigranrio, Unisuam e Univassouras, Assessor Especial da Direção Geral na Univassouras

**Rosane Cristina de Oliveira**

Doutora em Ciências Sociais (UERJ), mestre em ciência política (UFRJ), professora do Curso de Serviço Social da Univassouras e professora adjunta do PPGE/ UNESA

**Robson Rodrigues de Paula**

Professor adjunto da UNISUAM e da Universidade de Vassouras, atua nas áreas de Antropologia Urbana, direitos humanos e etnicidade, com experiência em pesquisa, extensão e educação superior presencial e a distância. Doutor em Ciências Sociais pela UERJ

**Fábia de Castro Lemos**

Advogada e assistente social, doutora em Humanidades (Unigranrio), atua em pesquisa sobre memória social e direitos nas favelas, com publicações em história oral, violência de gênero e cultura afro-brasileira. Professora e pesquisadora em direitos humanos e saúde pública

**RESUMO:** Este artigo analisa a implementação e os impactos pedagógicos da disciplina “Cidadania, Sociodiversidade e Compromisso Social”, componente curricular obrigatório dos cursos de graduação da Universidade de Vassouras, com foco nos campi fora de sede de Maricá e Saquarema. A disciplina foi concebida para atender às exigências legais de inclusão de conteúdos relacionados a direitos humanos, diversidade étnico-racial, meio ambiente, gênero e cidadania, conforme estabelecido pela LDB, Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e Resolução CNE/CP nº 1/2012.

Estruturada em 16 unidades de aprendizagem com recursos digitais, encontros síncronos e culminância em evento temático, a experiência foi avaliada por meio de pesquisa com estudantes, cujos resultados indicam alta aceitação da proposta e sugerem caminhos para aprofundamento e conexão com as áreas específicas de formação. A análise demonstra que a curricularização de conteúdos voltados à cidadania crítica e à justiça social fortalece o papel da universidade como espaço de formação integral e democrática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação cidadã; Educação superior; Currículo; Direitos humanos; Diversidade; Racismo ambiental.

## INTRODUÇÃO

No contexto do ensino superior brasileiro, a formação de profissionais tecnicamente competentes precisa estar articulada ao desenvolvimento de sujeitos críticos, éticos e socialmente comprometidos com a transformação da realidade. A educação universitária não pode se limitar à transmissão de conteúdos instrumentais ou tecnicistas, sob pena de reforçar desigualdades estruturais historicamente presentes na sociedade. Nesse cenário, a inserção curricular de disciplinas com abordagem cidadã representa uma estratégia potente para integrar temas fundamentais como direitos humanos, cidadania, diversidade étnico-racial, justiça de gênero e sustentabilidade ambiental à formação acadêmica dos estudantes.

A experiência aqui relatada insere-se nesse horizonte e foi desenvolvida no primeiro semestre de 2025, no âmbito da Universidade de Vassouras, especificamente em seus campi fora de sede localizados nos municípios de Maricá e Saquarema, no estado do Rio de Janeiro. As unidades foram criadas com a finalidade de expandir o acesso ao ensino superior de qualidade em territórios que ainda enfrentam desafios sociais significativos. Nesse contexto, a disciplina “Cidadania, Sociodiversidade e Compromisso Social” foi implantada como componente curricular obrigatório para todos os cursos de graduação, comum às turmas do primeiro período dos 13 cursos de ambas as unidades. A proposta buscou articular saberes diversos a partir de uma pedagogia crítica, interdisciplinar e interprofissional.

Composta por 16 unidades temáticas, a disciplina foi mediada por recursos didáticos interativos – como vídeos, infográficos, exercícios, livros digitais e quadros “saiba mais” – e complementada por encontros síncronos ao longo do semestre. A culminância se deu com o evento temático “Racismo Ambiental: Diálogos para a Justiça Social e Ecológica”, que ampliou a discussão e possibilitou a articulação entre teoria e prática no ambiente acadêmico.

A relevância da abordagem transversal está amparada em reflexões como as de Tomaz Tadeu da Silva (2001), que considera o currículo como um campo de disputa política e simbólica, onde se define não apenas o que ensinar, mas também quem tem acesso a esses conhecimentos e sob quais perspectivas. Nesse sentido:

“o currículo não é um campo neutro, mas um território onde se produzem e reproduzem relações de poder, identidades e exclusões. Ele não apenas ensina conteúdos, mas define modos de ser, pensar e viver.” (SILVA, 2001, p. 15).

Essa compreensão reforça a importância de disciplinar conteúdos que promovam a inclusão e o enfrentamento de opressões históricas no processo formativo, como as pautas étnico-raciais, de gênero e ambientais. É nesse ponto que o ensino superior encontra um de seus maiores desafios e, simultaneamente, uma de suas maiores potências: contribuir para uma sociedade mais justa a partir da formação crítica de seus estudantes.

Para Freire (1996), a educação libertadora exige o engajamento dos sujeitos na leitura crítica do mundo, e não apenas de palavras. A prática educativa deve estar “comprometida com a transformação da realidade injusta em que vivem os oprimidos, sendo, portanto, um ato político” (FREIRE, 1996, p. 39). Ao assumir esse compromisso, a disciplina promoveu experiências significativas para os estudantes dos campi de Maricá e Saquarema, tanto no plano cognitivo quanto no afetivo e ético, conforme indicado nos resultados da pesquisa aplicada ao final do semestre.

O presente artigo deriva de um processo de pesquisa-ação, realizado concomitantemente à implantação da disciplina, no qual os docentes-tutores atuaram como mediadores e pesquisadores do próprio processo pedagógico. Trata-se de uma abordagem mista, de natureza qualitativa e quantitativa, cujo objetivo foi compreender a percepção dos estudantes sobre a experiência formativa e avaliar os impactos pedagógicos da disciplina.

A coleta de dados ocorreu ao final do semestre letivo de 2025.1, por meio de um questionário aplicado aos estudantes matriculados no primeiro período dos 13 cursos ofertados nos campi fora de sede. O instrumento contemplou questões fechadas, de avaliação quantitativa, e abertas, cujo conteúdo foi analisado à luz da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011). A pesquisa foi de caráter exploratório e descritivo, buscando gerar subsídios para o aprimoramento contínuo da disciplina e para a consolidação de um currículo mais plural e inclusivo.

Neste artigo, propomos analisar a implementação e os impactos dessa disciplina no ensino superior a partir de três eixos:

1. os fundamentos pedagógicos e institucionais que justificam a inserção curricular de conteúdos transversais;
2. a experiência concreta da disciplina “Cidadania, Sociodiversidade e Compromisso Social” em sua metodologia e articulação temática;
3. os desdobramentos formativos do evento final sobre racismo ambiental, com base em autores como Valéria Bastos, Sueli Carneiro, Ailton Krenak e Lélia Gonzalez.

O objetivo é demonstrar como a transversalidade, quando tratada com intencionalidade pedagógica e compromisso social, pode se consolidar como um eixo estruturante da formação cidadã no ensino superior.

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS: A CURRICULARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CIDADÃ NO ENSINO SUPERIOR

No ensino superior brasileiro, a consolidação de componentes curriculares obrigatórios voltados à formação cidadã reflete um movimento de reconhecimento das múltiplas dimensões envolvidas na qualificação de profissionais críticos, éticos e comprometidos com os direitos humanos. Tal perspectiva está ancorada em um conjunto de legislações e diretrizes que impõem às instituições de ensino superior (IES) a inclusão formal de conteúdos voltados à diversidade, à justiça social e à dignidade humana.

Nesse contexto, a disciplina “Cidadania, Sociodiversidade e Compromisso Social”, implementada de forma curricularizada e obrigatória nos cursos de graduação da Universidade de Vassouras — especialmente nos campi fora de sede em Maricá e Saquarema —, responde diretamente às exigências legais para o ensino de temas como direitos humanos, educação étnico-racial, história e cultura afro-brasileira e indígena, meio ambiente, enfrentamento à violência de gênero, cidadania e democracia.

Essa curricularização se ancora na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – nº 9.394/1996, que determina, em seu artigo 3º, princípios como a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” e o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996).

O Ministério da Educação reforça essas diretrizes por meio de normas específicas que regulamentam a obrigatoriedade de conteúdos formativos voltados à cidadania e à equidade, tais como:

Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira nos currículos;

Lei nº 11.645/2008, que amplia a obrigatoriedade para temáticas indígenas;

Resolução CNE/CP nº 1/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, exigindo sua presença contínua e articulada nos currículos;

Resolução CNE/CP nº 1/2012, que aprova as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, definindo a integração formal desses conteúdos à matriz curricular;

Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que em seu artigo 8º, inciso III, incentiva programas educacionais de prevenção à violência contra a mulher no âmbito escolar e universitário;

Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que reforça metas voltadas à superação das desigualdades educacionais, de raça, gênero e orientação sexual (meta 8, estratégia 8.4).

Portanto, a existência de uma disciplina obrigatória com abordagem ampla, como a implementada na Universidade de Vassouras, representa não apenas uma inovação pedagógica, mas o cumprimento de determinações legais e normativas fundamentais à missão educativa das IES.

Nesse sentido, Macedo (2006) aponta que a integração sistemática desses conteúdos no currículo permite romper com a lógica fragmentária do conhecimento e construir um percurso formativo que articule ética, política e criticidade:

“Uma proposta curricular comprometida com a cidadania não pode ignorar os conflitos, as desigualdades e as violações de direitos. Ela deve tratar esses temas como parte constitutiva da formação acadêmica e profissional” (MACEDO, 2006, p. 52).

A opção por curricularizar — e não apenas transversalizar — esses temas garante sua centralidade e obrigatoriedade na formação dos estudantes. Veiga-Neto (2003) lembra que todo currículo é expressão de disputas ideológicas e escolhas políticas, que refletem “quem tem direito ao conhecimento, à memória e à dignidade” (VEIGA-NETO, 2003, p. 22).

Essa compreensão é reforçada por Sueli Carneiro (2003), ao afirmar que romper com os mecanismos de silenciamento e exclusão no espaço educacional exige práticas afirmativas, intencionais e contínuas. Para a autora:

“O racismo não se combate com neutralidade, mas com ações explícitas de reconhecimento e valorização das identidades historicamente marginalizadas” (CARNEIRO, 2003, p. 29).

Do mesmo modo, Paulo Freire (1996) comprehende que toda educação é um ato político. Ao defender a pedagogia crítica, ele propõe que a formação universitária não se limite a transmitir conhecimentos técnicos, mas estimule os estudantes a refletirem sobre a realidade e a intervir nela de forma transformadora:

“A educação verdadeira é *praxis*, reflexão e ação do homem sobre o mundo para transformá-lo. Não há neutralidade na educação: ela é um ato político” (FREIRE, 1996, p. 43).

A disciplina “Cidadania, Sociodiversidade e Compromisso Social”, tal como implantada, cumpre esse papel ao sistematizar conteúdos exigidos por lei e oferecer, por meio de uma abordagem metodológica interativa, oportunidades de desenvolvimento cognitivo, ético, cultural e político aos estudantes da instituição.

Em síntese, curricularizar a formação cidadã é assegurar que a universidade forme sujeitos capazes de compreender as múltiplas faces da desigualdade social e atuar de forma crítica, sensível e ética no mundo do trabalho e na vida social.

## A EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA “CIDADANIA, SOCIODIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL”

A disciplina “Cidadania, Sociodiversidade e Compromisso Social” foi instituída como componente obrigatório da matriz curricular dos cursos de graduação da Universidade de Vassouras, nos campi fora de sede de Maricá e Saquarema, com a finalidade de atender às exigências legais e formativas em torno da educação em direitos humanos, da diversidade e da justiça social. Com um total de 16 unidades de aprendizagem, a disciplina foi pensada para desenvolver, de forma sistemática e integrada, os conteúdos exigidos por legislações como as Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008 e pela Resolução CNE/CP nº 1/2012.

A proposta pedagógica se fundamenta em uma abordagem ativa, interativa e problematizadora, articulando teoria e prática por meio de diferentes recursos digitais e encontros dialógicos com os estudantes. Cada unidade temática foi estruturada com:

- Livro digital base;
- Vídeos e infográficos que sintetizam conceitos e dados;
- Quadros “Saiba Mais”, com aprofundamentos conceituais e referências atualizadas;
- Exercícios de autoavaliação, que instigam a reflexão crítica;
- Recursos complementares, como artigos, podcasts e materiais de apoio.

Essa diversidade de meios visa estimular diferentes formas de aprendizagem e promover o engajamento dos estudantes com os conteúdos. Segundo Moran (2015), o uso de múltiplas linguagens e mídias digitais favorece a aprendizagem significativa, pois “estimula o protagonismo do estudante, conecta o saber escolar ao mundo real e amplia a motivação intrínseca para aprender” (MORAN, 2015, p. 88).

Além do conteúdo assíncrono, foram organizados encontros síncronos ao longo do semestre, com o objetivo de promover o debate coletivo e aprofundar as questões mais sensíveis abordadas nas unidades. Esses encontros foram fundamentais para estabelecer vínculos entre os estudantes e a proposta pedagógica da disciplina, permitindo a criação de um espaço de escuta, acolhimento e troca de experiências.

Entre os temas trabalhados nas unidades de aprendizagem, destacam-se:

Fundamentos da cidadania e dos direitos humanos;  
Diversidade cultural, religiosa e étnico-racial no Brasil;  
Gênero, sexualidade e enfrentamento à violência contra a mulher;  
Sustentabilidade, justiça climática e meio ambiente;  
Memória, identidades e políticas de reparação histórica.

A escolha desses temas buscou atender não apenas às obrigações legais, mas também às demandas concretas dos territórios onde os campi estão inseridos, marcados por desafios relacionados à exclusão social, ao racismo ambiental, à violência urbana e à vulnerabilidade de populações periféricas. Como destaca Valéria Bastos (2020), é necessário pensar a educação superior “como um campo de disputa simbólica e política, onde os sujeitos historicamente marginalizados devem ser reconhecidos em sua potência epistêmica e social” (BASTOS, 2020, p. 54).

A culminância da disciplina foi marcada pela realização do evento “Racismo Ambiental: Diálogos para a Justiça Social e Ecológica”, em que os estudantes participaram de debates com convidados externos e puderam apresentar reflexões, produções autorais e proposições para seus contextos locais. O evento funcionou como uma vivência de extensão e síntese crítica dos conteúdos, permitindo aos discentes a compreensão das interseções entre raça, território, natureza e desigualdade.

Essa estrutura curricular — articulando conteúdos obrigatórios com metodologia ativa, participação estudantil e culminância formativa — demonstrou-se eficaz para consolidar o aprendizado e despertar o engajamento político e ético dos alunos com as temáticas sociais mais urgentes da atualidade. Ao longo da disciplina, observou-se o fortalecimento do senso de pertencimento acadêmico, da escuta ativa e do compromisso coletivo com a justiça social e ambiental.

O percurso formativo da disciplina reafirma a premissa de que formar cidadãos exige muito mais do que transmitir conteúdos: exige criar espaços de diálogo, promover o reconhecimento de diferentes vozes, e garantir o acesso ao conhecimento crítico e historicamente situado. Como nos lembra Bell Hooks (2013):

“A sala de aula continua sendo o lugar mais radical de possibilidade na academia. [...] Para educar como prática da liberdade, é preciso criar o espaço onde a opressão seja enfrentada e transformada em resistência coletiva” (HOOKS, 2013, p. 17).

Nesse sentido, a experiência da disciplina evidencia que a curricularização dos conteúdos de cidadania, diversidade e justiça social pode ser não apenas um cumprimento das diretrizes legais, mas uma ação profundamente transformadora. Ela fortalece o compromisso institucional da universidade com a democracia, com a equidade e com a formação de sujeitos éticos e socialmente implicados com as realidades de seus territórios.

## AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PELOS ESTUDANTES

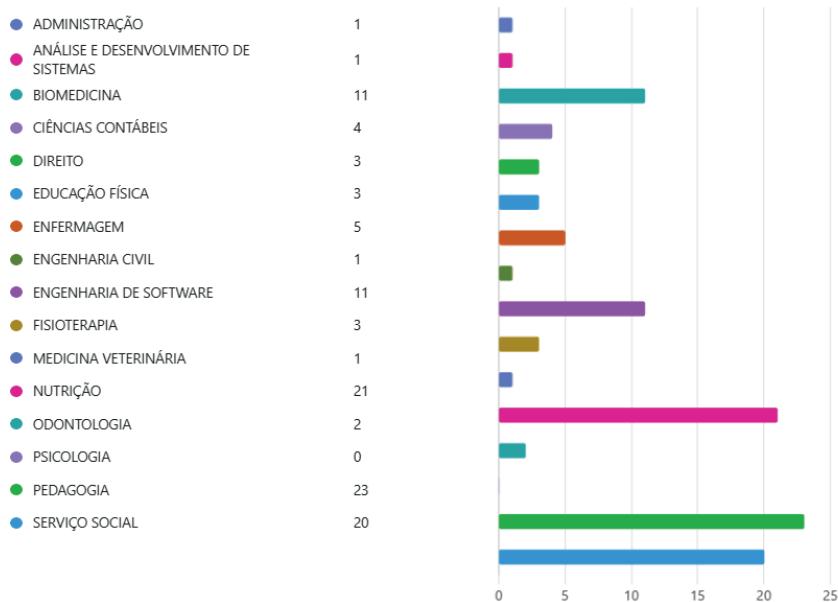
Com o objetivo de aferir a eficácia pedagógica da disciplina “Cidadania, Sociodiversidade e Compromisso Social”, bem como compreender a percepção dos estudantes quanto aos conteúdos e metodologias propostos, foi realizada uma pesquisa avaliativa ao final do semestre letivo de 2025.1. A pesquisa foi aplicada entre os dias 20 e 30 de junho de 2025, contemplando os alunos matriculados nos cursos de graduação dos campi de Maricá e Saquarema da Universidade de Vassouras.

O universo da consulta era composto por aproximadamente 1.000 estudantes matriculados na disciplina, abrangendo turmas do primeiro período dos 13 cursos de graduação ofertados. Ao todo, 110 estudantes responderam voluntariamente ao instrumento de avaliação, correspondendo a cerca de 10% do público-alvo.

Embora o percentual de retorno seja considerado baixo frente ao universo total de matriculados, trata-se de um índice comum em pesquisas voluntárias realizadas em ambiente acadêmico, especialmente em disciplinas obrigatórias e de primeiro período, onde o vínculo dos estudantes com os processos institucionais ainda está em construção. Esse percentual, embora limitado, oferece indicativos relevantes de tendências e percepções sobre a experiência formativa, permitindo o desenvolvimento de análises exploratórias que orientam melhorias pedagógicas e ajustes metodológicos.

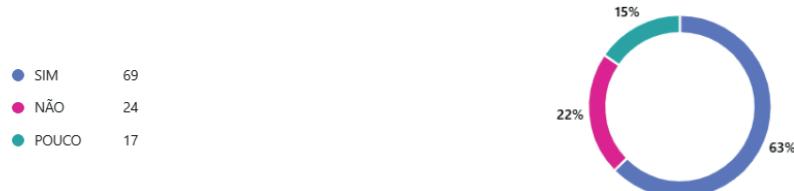
O instrumento aplicado combinou questões fechadas e abertas, proporcionando uma análise mista (quantitativa e qualitativa) da experiência formativa, com respostas registradas de forma livre e sem identificação pessoal, garantindo a confidencialidade e a espontaneidade dos participantes.

A seguir, são apresentados os principais resultados da avaliação, com ênfase na percepção dos alunos quanto à abordagem curricular, ao engajamento e às sugestões de melhoria, articulando esses dados aos marcos legais e referenciais teóricos que fundamentam a disciplina.



A disciplina revela sua importância ao atuar de forma dual: para alguns estudantes, ela reforça e aprofunda conhecimentos previamente adquiridos; para outros, representa o primeiro contato com temas essenciais, até então desconhecidos, como direitos humanos, relações étnico-raciais, justiça ambiental e equidade de gênero. Esse caráter formativo, que transita entre o reconhecimento e a descoberta, amplia o horizonte crítico dos alunos e reafirma o papel da universidade na construção de uma cidadania ativa e consciente.

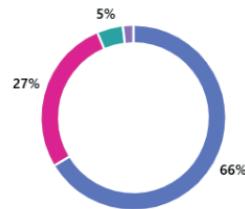
2. Você já teve contato com temas como direitos humanos, diversidade e cidadania antes do ingresso no curso? (0 ponto)



Os estudantes demonstraram aceitação significativa à organização curricular da disciplina, estruturada com base em conteúdos obrigatórios, como direitos humanos, educação para diversidade étnico-racial, justiça ambiental e cidadania. Essa aceitação indica que os temas são percebidos como relevantes e bem contextualizados com a realidade estudantil. Esse dado se articula à Resolução CNE/CP nº 1/2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, à Lei 10.639/2003 e à Resolução CNE/CP nº 2/2015 sobre direitos da diversidade e equidade racial.

**3. Em que medida você considera que a disciplina contribuiu para sua formação cidadã e crítica? (0 ponto)**

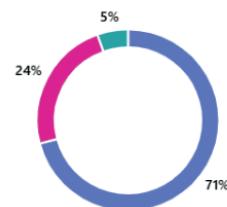
● Muito	73
● Moderadamente	30
● Pouco	5
● Não contribuiu	2



No que diz respeito à relevância dos temas abordados na disciplina, observa-se que os conteúdos promoveram reflexões significativas para a formação acadêmica e profissional dos discentes. No entanto, ainda que em menor proporção, emergem indícios da necessidade de fortalecer as conexões entre os conteúdos da disciplina e as especificidades das diferentes áreas do conhecimento e seus respectivos campos de atuação. Tal constatação reforça a importância de uma abordagem curricular que, sem perder sua identidade formativa cidadã, dialogue de forma mais direta com os contextos e desafios próprios de cada curso.

**4. Os temas abordados foram relevantes para sua área de formação? (0 ponto)**

● Sim, todos	78
● Em parte	26
● Não achei relevante	6
● Não compreendi bem os temas	0



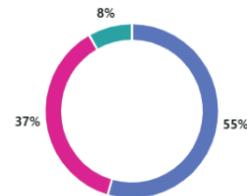
Nesse mesmo percurso avaliativo, destaca-se a percepção dos estudantes quanto à interdisciplinaridade da disciplina em relação às suas áreas de formação. A maioria dos respondentes reconheceu que os temas abordados dialogaram de maneira

pertinente com seu campo de conhecimento. Entretanto, parte dos alunos avaliou essa aproximação como apenas regular, indicando a necessidade de um esforço contínuo no sentido de promover maior integração entre os conteúdos trabalhados e as especificidades de cada curso. Essa demanda por contextualização reforça o desafio de consolidar práticas pedagógicas interdisciplinares que tornem os temas transversais mais significativos e aplicáveis à realidade profissional dos discentes.

5. Como você avalia a abordagem interdisciplinar e transversal adotada na disciplina? (0 ponto)

M

- Excelente – os temas dialogaram com várias áreas 60
- Bom – alguns temas foram bem articulados 41
- Regular – faltou conexão com minha área 9
- Ruim – os temas pareceram isolados 0



A pergunta aberta que solicitava aos estudantes sugestões sobre como a disciplina “Cidadania, Sociodiversidade e Compromisso Social” poderia se aproximar ainda mais de suas respectivas áreas de formação permitiu a coleta de contribuições ricas, diversas e reveladoras. Para a análise dessas respostas, optou-se pela técnica de análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2016), a partir da qual foram identificadas unidades de sentido recorrentes, agrupadas em eixos de análise representativos das percepções discentes.

A leitura flutuante e posterior categorização indicaram cinco grandes núcleos temáticos nas sugestões apresentadas:

1. Integração com a prática profissional – Muitos estudantes sugerem que a disciplina se conecte diretamente com exemplos, casos práticos, estágios, situações cotidianas das profissões e realidades de trabalho vivenciadas. Expressões como “trazer mais exemplos do dia a dia da educação”, “ligar à atuação do nutricionista”, “discutir o papel do assistente social nas políticas públicas” e “casos reais” foram recorrentes.
2. Metodologiasativas e engajadoras – Os alunos demonstraram interesse por metodologias mais interativas, como debates, seminários, rodas de conversa, aulas práticas e projetos aplicados. Apontam que essas estratégias permitem maior identificação e engajamento com os conteúdos, favorecendo a aprendizagem significativa.

3. Ampliação e aprofundamento temático – Houve manifestações pedindo o aprofundamento em temas como racismo, direitos humanos, saúde pública, justiça ambiental, diversidade sexual, inclusão digital e ética profissional. Esse desejo reflete o reconhecimento da relevância dos temas, mas também o anseio por uma abordagem mais densa e situada em suas realidades profissionais.
  4. Conexões com políticas públicas e contextos sociais – Foram citadas diversas formas de conectar os conteúdos à atuação em políticas públicas e à realidade brasileira: “o impacto do racismo no acesso a direitos”, “resíduos hospitalares em comunidades vulneráveis”, “segurança alimentar e nutricional”, “educação e desigualdades”, “saúde coletiva” e “vigilância sanitária em territórios periféricos”.
  5. Recursos didáticos atrativos e personalizados – Algumas falas sugerem o uso de recursos visuais, materiais mais lúdicos e alegres, além da combinação de aulas síncronas mais vezes, como forma de tornar o conteúdo mais acessível e atraente.

A riqueza e diversidade das respostas foram representadas visualmente por meio de uma nuvem de frases, destacando a multiplicidade de vozes dos estudantes, suas inquietações e contribuições criativas para o aprimoramento da proposta pedagógica.

Essa escuta ativa, promovida ao final da disciplina, reforça o potencial transformador do espaço formativo, desde que esteja ancorado no diálogo com a realidade dos estudantes e na escuta qualificada de seus percursos. Como defendido por Paulo Freire (1996), “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. Portanto, considerar as sugestões apresentadas aqui deve ser parte integrante do processo de revisão e aprimoramento da disciplina, garantindo que ela permaneça viva, situada e cada vez mais potente em sua missão de formar sujeitos críticos, éticos e comprometidos com a transformação social.



No eixo que investiga a contribuição da disciplina para mudanças no cenário do ensino superior, voltadas a uma formação mais plural, inclusiva e socialmente comprometida, observa-se uma percepção majoritariamente positiva por parte dos discentes. A ampla maioria reconheceu que o formato adotado – com conteúdos integrados sobre cidadania, direitos humanos, justiça social, equidade de gênero, diversidade étnico-racial e meio ambiente – promove reflexões e valores que ultrapassam o campo teórico, mobilizando mudanças de postura e ampliação de consciência.

Essa avaliação positiva reforça o papel estratégico da disciplina na construção de uma cultura educacional que valorize a diversidade e combatá diferentes formas de exclusão e invisibilização. Conforme afirma Candau (2008), uma educação comprometida com os direitos humanos e a diversidade “não pode ser neutra ou indiferente às desigualdades”, sendo necessário um currículo que provoque os estudantes a refletirem criticamente sobre o mundo e suas relações.

Assim, o reconhecimento por parte dos estudantes de que disciplinas como esta contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e plural evidencia o acerto da proposta pedagógica. Mais do que cumprir exigências legais, como aquelas dispostas na Resolução CNE/CP nº 1/2012 e nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, a iniciativa curricular demonstra seu potencial de transformação ao ser legitimada pela própria experiência discente. Como bem coloca Bell Hooks (2013), “a sala de aula pode ser o espaço mais radical de possibilidade, onde o sujeito se reinventa e imagina novas formas de existência coletiva”.

6. Você acredita que a disciplina contribui para um ensino mais plural, inclusivo e conectado aos desafios do século XXI? (0 ponto)



No que se refere às abordagens metodológicas adotadas na disciplina, especialmente quanto ao uso de objetos digitais de aprendizagem (ODAs), interatividade na plataforma virtual e realização de encontros síncronos, os estudantes demonstraram uma recepção amplamente favorável. A combinação entre conteúdo digital estruturado, recursos interativos e momentos de encontro ao vivo foi percebida como uma estratégia eficaz para o engajamento e a construção do conhecimento.

Entre os elementos valorizados pelos discentes, destacam-se os vídeos temáticos, infográficos, livros digitais, seções “saiba mais” e atividades reflexivas. Tais recursos foram apontados como facilitadores da compreensão, além de contribuírem para um processo de aprendizagem mais dinâmico, acessível e conectado à realidade contemporânea. Isso confirma as orientações de autores como Moran (2015), que defende o uso inteligente e pedagógico das tecnologias digitais como meio de ampliar a autonomia discente e promover a personalização do processo de ensino.

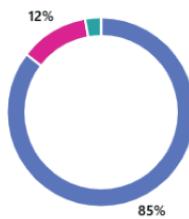
Além disso, os encontros síncronos via plataforma de videoconferência foram especialmente bem avaliados. Para muitos estudantes, esses momentos representaram oportunidades valiosas de diálogo, esclarecimento de dúvidas, aprofundamento de temas sensíveis e escuta ativa entre pares e professores-tutores. A participação ativa nesses encontros foi associada a uma maior sensação de pertencimento e à vivência de uma experiência formativa mais humanizada.

Ainda que minoritária, uma parcela dos alunos mencionou dificuldades técnicas, falta de hábito com o ambiente virtual ou limitação no tempo disponível para interações mais frequentes. Esses apontamentos indicam a importância de seguir investindo em acessibilidade digital, estratégias de apoio à navegação na plataforma e na ampliação da formação docente para o uso crítico e criativo de recursos educacionais digitais.

Conforme destaca Kenski (2012), a aprendizagem mediada por tecnologias não deve ser encarada apenas como um suporte logístico, mas como uma mediação pedagógica intencional, que amplia as possibilidades de construção coletiva do saber. Nesse sentido, a experiência da disciplina demonstra que a articulação entre diferentes estratégias metodológicas — digitais, síncronas e assíncronas — é fundamental para garantir um processo formativo inclusivo, plural e responsável aos desafios contemporâneos do ensino superior.

7. A metodologia utilizada favoreceu a compreensão dos temas? (0 ponto)

● Sim	94
● Parcialmente	13
● Não	3



8. Houve espaço para o diálogo e troca de experiências em sala de aula ou nos ambientes virtuais? (0 ponto)



9. Houve uso de recursos e materiais que ampliaram sua visão sobre os temas? (0 ponto)



A autoavaliação realizada pelos estudantes quanto ao próprio nível de participação e engajamento no percurso formativo da disciplina “Cidadania, Sociodiversidade e Compromisso Social” revelou, em sua maioria, uma percepção de envolvimento moderado. Embora muitos tenham reconhecido o valor dos conteúdos e a importância das temáticas propostas, identificou-se uma relativa distância entre o interesse despertado e o comprometimento com o autoestudo ao longo do semestre.

Esse resultado aponta para a necessidade de aperfeiçoamento nas estratégias de engajamento adotadas no contexto da disciplina. A formação em EAD, por sua natureza, exige uma postura ativa do estudante, bem como autonomia na organização dos estudos — aspectos que nem sempre estão plenamente consolidados entre os discentes do ensino superior brasileiro, especialmente nos ciclos iniciais da graduação.<sup>11</sup>

Conforme destaca Freire (1996), “ensinar exige respeito à autonomia do educando”, mas também requer que o educador crie condições para que o aluno se reconheça como sujeito do próprio aprendizado. Assim, estratégias mais potentes de mobilização do engajamento discente são necessárias, como:

- Adoção de metodologias ativas, com maior protagonismo estudantil;
- Gamificação de etapas do percurso pedagógico;
- Ampliação das interações síncronas mediadas por temáticas sensíveis;
- Feedbacks individualizados e mais frequentes;
- Acompanhamento formativo contínuo, com devolutivas sobre a evolução do aluno.

Além disso, a escuta dos estudantes e o reconhecimento de suas realidades sociais e acadêmicas são fundamentais para compreender as barreiras que dificultam o engajamento pleno. Conforme aponta Bell Hooks (2013), o ato de aprender está profundamente vinculado ao afeto e à identificação com os processos educativos: “a sala de aula deve ser um espaço de liberdade, onde o entusiasmo e a curiosidade sejam estimulados, e não reprimidos” (HOOKS, 2013, p. 81).

Portanto, embora a participação discente tenha sido razoável, os dados demonstram que há espaço para avançar na construção de uma cultura de autoaprendizagem mais consolidada, o que requer não apenas metodologias mais interativas, mas também o fortalecimento do vínculo entre a disciplina e os projetos de vida e formação dos estudantes.

10. Como você avalia seu próprio engajamento na disciplina? (0 ponto)



A consulta aberta aplicada aos estudantes também buscou mapear sugestões de conteúdos que, na perspectiva dos discentes, deveriam ser aprofundados ou incorporados à disciplina Cidadania, Sociodiversidade e Compromisso Social. A análise qualitativa das respostas foi realizada com base na técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), permitindo a organização das manifestações em categorias temáticas, a partir da recorrência de sentidos atribuídos pelos sujeitos da pesquisa.

A seguir, apresentamos as principais categorias emergentes:

- Racismo e Interseccionalidades (raça, gênero, classe, território)

A categoria mais citada envolve o aprofundamento dos debates sobre o racismo estrutural e institucional, bem como suas interseccionalidades com gênero, classe e território. Termos como “racismo ambiental”, “letramento racial”, “violência contra mulheres”, “populações periféricas”, “zonas de sacrifício” e “população negra” foram amplamente mencionados. Essa recorrência demonstra a urgência percebida pelos estudantes em compreender os impactos das desigualdades raciais e sociais no cotidiano e na atuação profissional.

b) Saúde, Meio Ambiente e Justiça Socioambiental

Diversos estudantes sugeriram temas que relacionam saúde pública com impactos ambientais, como resíduos hospitalares, doenças negligenciadas em áreas vulneráveis, saneamento básico, educação ambiental, segurança alimentar e nutricional, e compostagem e reciclagem. A presença da temática justiça ambiental foi constante, demonstrando forte conexão com a dimensão prática da formação em saúde, assistência social e ciências biológicas.

c) Grupos historicamente marginalizados

Houve referência direta a temas pouco explorados no currículo tradicional, como povos ciganos, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, população indígena, entre outros. A solicitação por maior visibilidade desses grupos aponta para a sensibilidade dos alunos frente à necessidade de um ensino mais inclusivo, interseccional e representativo.

d) Direitos Humanos e Políticas Públicas

Foram recorrentes as menções a conteúdos relacionados aos direitos fundamentais, como “acesso à justiça”, “direito à saúde”, “defensoria pública”, “bioética” e “dignidade humana”. Também apareceram sugestões ligadas à atuação do Estado e à formulação de políticas públicas voltadas à igualdade, à equidade e à diversidade, sobretudo no campo do serviço social, educação e saúde.

e) Práticas Pedagógicas e Metodologia da Pesquisa

Alguns estudantes destacaram o desejo de uma maior aplicação prática do conteúdo por meio de “seminários”, “projetos de extensão”, “debates presenciais”, “materiais didáticos mais visuais” e “estudos de caso”. Outros pediram a inclusão de metodologia científica, mostrando que a disciplina pode também reforçar habilidades para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas com impacto social.

f) Emoções, convivência e subjetividades

Temas como “empatia”, “inteligência emocional”, “educação para o convívio democrático”, “ética” e “respeito à diversidade de opiniões” foram sugeridos como essenciais para a formação cidadã e para o exercício de profissões com intensa interação humana. Isso reforça a importância da dimensão afetiva e ética na formação para o compromisso social.

A ampla gama de temas sugeridos revela que os estudantes compreendem a disciplina como um espaço potencial de formação crítica, sensível às questões emergentes da sociedade contemporânea. A valorização de temas como racismo estrutural, justiça ambiental, inclusão de grupos vulnerabilizados e ética na prática profissional aponta para uma demanda formativa que ultrapassa o conteúdo prescritivo das diretrizes curriculares.

Recomenda-se, a partir dessas sugestões, a realização de uma revisão do plano de ensino da disciplina com o objetivo de:

- Aprofundar temáticas sensíveis e contemporâneas com base nas áreas de atuação dos cursos atendidos;
- Diversificar as estratégias metodológicas, valorizando a mediação dialógica e experiências práticas;
- Integrar os saberes locais e o conhecimento acadêmico, fortalecendo a formação cidadã, crítica e propositiva dos estudantes.

#### Propostas de melhoria para próximos semestres

Quanto às sugestões para aprimorar a disciplina, os estudantes destacaram:

- Realização de mais aulas síncronas para ampliar o diálogo e a escuta ativa;
- Inclusão de debates temáticos com convidados externos, especialmente lideranças negras, indígenas, mulheres e representantes de movimentos sociais;
- Propostas de trabalhos em grupo interdisciplinares com foco em problemas reais do território;
- Criação de atividades práticas com base em situações da vida profissional e comunitária.

Essas contribuições indicam que, embora a disciplina já tenha sido bem recebida em seu formato atual, há um desejo explícito de vivência mais dialógica, territorializada e aplicada, o que pode representar uma excelente oportunidade para o fortalecimento da articulação entre ensino e extensão universitária.

As respostas abertas demonstram que os estudantes desejam ser escutados, participar ativamente da construção do conhecimento e contribuir para que a formação em cidadania, justiça social e diversidade não seja apenas conteúdo obrigatório, mas experiência significativa. A disciplina se consolida, assim, como um espaço fértil de formação ética, política e profissional, com potencial de crescimento contínuo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação da disciplina “Cidadania, Sociodiversidade e Compromisso Social” como componente curricular obrigatório nos cursos de graduação da Universidade de Vassouras – especialmente nos campi fora de sede de Maricá e Saquarema – representa um importante resposta institucional às diretrizes legais, sociais e pedagógicas que demandam uma formação universitária crítica, plural e socialmente comprometida.

Ao longo deste artigo, demonstrou-se como a estrutura da disciplina foi pensada de forma coerente com as exigências previstas nas Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008, na Resolução CNE/CP nº 1/2012, entre outras normativas que regulam a inclusão dos direitos humanos, da educação étnico-racial, da justiça ambiental, da equidade de gênero e da memória histórica nos currículos da educação superior.

A experiência formativa foi avaliada de maneira positiva pelos estudantes, tanto em seus aspectos didático-metodológicos quanto em sua relevância temática. Os dados demonstraram que os conteúdos ofertados estão em sintonia com os desafios contemporâneos e são percebidos como necessários por grande parte do corpo discente. Além disso, as sugestões apresentadas revelaram uma comunidade estudantil atenta, reflexiva e desejosa de aprofundar a relação entre os saberes críticos e as suas respectivas áreas profissionais.

O formato adotado — com unidades de aprendizagem organizadas em recursos digitais e encontros síncronos — possibilitou a articulação entre os pilares do ensino, da escuta ativa e da extensão, especialmente com a realização do evento “Racismo Ambiental: Diálogos para a Justiça Social e Ecológica”. Tal culminância revelou o potencial da disciplina para promover experiências significativas e formativas, que vão além da obrigação legal, configurando-se como ato pedagógico transformador.

O desafio futuro é institucionalizar cada vez mais essa proposta de maneira integrada, incentivando que os cursos de graduação utilizem os conteúdos da disciplina como base para projetos interdisciplinares, ações de extensão, estágios e pesquisa. Além disso, é fundamental manter espaços contínuos de escuta dos estudantes e monitoramento dos resultados pedagógicos, de modo que a disciplina permaneça viva, atual e conectada aos sujeitos que forma.

Formar para a cidadania no século XXI exige mais do que conteúdos: exige ética, coragem e compromisso com a democracia. A experiência aqui relatada demonstra que, quando há intencionalidade, planejamento e diálogo, é possível consolidar componentes curriculares potentes, que não apenas informam, mas **formam**.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BASTOS, Valéria. Educação, território e justiça ambiental. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a LDB para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 20 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a LDB para incluir no currículo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 20 jun. 2025.
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 31 maio 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- MACEDO, Elizabeth. Currículo e diferenças: desestabilizando identidades. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Currículo: identidade e diferença. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 39–58.
- MORAN, José Manuel. Mudanças na educação: as mídias e a nova gestão da aprendizagem. In: VALENTE, José Armando; MORAN, José Manuel; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de (org.). Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2015. p. 79–96.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo: entre a tradição e a inovação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.